

COE e produtos estruturados: riscos e fiscalização

Antes de comprar um desses produtos complexos, investidor poderia responder algumas perguntas simples, capazes de ajudá-lo a ter uma excelente noção dos riscos envolvidos

Por Jadson João Alves da Silva

16/10/2024 05h02 · Atualizado há 10 horas

 Presentear matéria



Os Certificados de Operações Estruturadas (COEs) e outros produtos financeiros derivados têm ganhado popularidade no mercado brasileiro. Apesar de oferecerem oportunidades de ganhos, esses produtos são complexos e podem trazer grandes riscos, especialmente quando comercializados de forma inadequada e sem transparência nas informações.



Os COEs combinam elementos de renda fixa e renda variável, podendo ser comercializados em forma de seguro ou capital protegido, por exemplo. São estruturas extremamente diferenciadas que normalmente envolvem opções. O investimento pode oferecer um retorno potencial acima da taxa Selic, no entanto, para atingir este objetivo, é preciso que determinados cenários se concretizem, ou seja: a natureza complexa e a necessidade de apostar em cenários futuros fazem desses produtos uma escolha arriscada para muitos investidores.

Para tornar estes produtos mais populares, é comum vermos corretoras promovendo os COEs a partir de empréstimos com juros de mercado. Neste caso, os investidores não precisam aportar dinheiro novo. Eles fazem um empréstimo para investir e utilizam ativos de sua carteira como garantia. Essa prática pode levar a uma alavancagem excessiva e a

perdas significativas. Em outras palavras, se os cenários previstos não se concretizarem e o retorno do COE não for suficiente para cobrir os juros do empréstimo, os investidores terão que assumir prejuízos com dívidas inesperadas - e desnecessárias.

Posso citar vários exemplos de situações e casos reais, como um investidor que aceitou um empréstimo para aplicar em COE, mas acabou com um investimento de baixo retorno e uma dívida significativa. Também já vi serem vendidos como seguros para ações, sendo, na verdade, uma estrutura de opções que protegia contra a queda do Ibovespa, mas que, em caso de alta, implicaria um enorme prejuízo. Nesse contexto, o investidor estaria fazendo o papel de uma seguradora.

Infelizmente, os altos riscos citados, muitas vezes, não são abertos com transparência para os investidores pelos agentes na hora de comercializá-los, fazendo com que os produtos possam até parecer não ter custo para esses investidores.

A partir de todo esse cenário - com estruturas complexas, um mercado com pouca informação sobre como funcionam os COEs e corretoras que, muitas vezes, comercializam esses produtos sem transparência sobre os riscos -, a dica que posso dar é se atentar a uma árvore de decisão. A ideia é que, antes de comprar um desses produtos, possamos responder algumas perguntas simples que podem nos ajudar a ter uma excelente noção do risco envolvido nessa operação.

Resumidamente, a árvore de decisão funciona a partir de questões que devem ser respondidas em qualquer instante de tempo (no início, meio e no vencimento). A perda máxima pode ser maior que o valor investido? A perda máxima pode ser maior que o limite de crédito (ou outro limite relevante)? A perda máxima é ilimitada? Como é o custo de saída no vencimento, ou antes do vencimento, deste investimento?

Já do lado das corretoras, elas deveriam realizar uma análise detalhada do perfil de risco do cliente antes de oferecer COEs. Também precisariam garantir que todas as informações relevantes sobre o produto, incluindo os riscos envolvidos e os cenários de retorno, sejam claramente comunicados. Porém, muito mais que simplesmente informar, devem checar se o investidor compreendeu os riscos que irá correr.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) possui um papel importante nesse contexto e deve continuar com o processo de fiscalização que garante que as corretoras ajam com boa-fé, diligência e lealdade em relação aos seus clientes. No entanto, a prática mostra que, muitas vezes, os interesses dos investidores podem não prevalecer, destacando, assim, a necessidade de uma supervisão regular, que possa fiscalizar as adequações dos perfis dos investidores e a utilização de tecnologias avançadas para monitorar as atividades das corretoras em tempo real, identificando rapidamente qualquer desvio das práticas recomendadas, por exemplo. Além disso, o próprio “feedback” dos investidores pode ser considerado para avaliar como estes produtos estão sendo comercializados.

COEs e outros produtos estruturados precisam de transparência e responsabilidade. E somente com a disseminação de informações e uma fiscalização mais próxima, poderemos ajudar a mitigar riscos e proteger os interesses daqueles que estão investindo.

Jadson João Alves da Silva é consultor de investimentos da Luz Soluções Financeiras
E-mail: jadson.silva@luz-ef.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.